

## IAOD da Deputada Lei Cheng I em 09.07.2025

### **Reduzir o número de TNR nas grandes empresas e garantir a prioridade dos residentes no acesso ao emprego**

De acordo com a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, entre Março e Maio de 2025, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 2,5 por cento. A sociedade está mais atenta às dificuldades dos jovens, das pessoas de meia-idade e dos idosos no acesso ao emprego, e à situação de os trabalhadores locais trabalharem a tempo parcial e por curtos períodos, enquanto os trabalhadores não residentes (TNR) são contratados a longo prazo, e à redução do número de TNR nas grandes empresas para dar prioridade aos residentes.

Nos termos da lei, os residentes têm prioridade no acesso ao emprego, mas recebi muitas queixas de residentes de diferentes sectores, apontando que, no trabalho efectivo, as condições não correspondem às declaradas aquando da entrevista, ou há exigências irrazoáveis, por exemplo, obrigar os trabalhadores a fazer outro tipo de trabalho, e depois alegar que não trabalham bem ou que são incompetentes. Isto afecta o acesso ao emprego e a segurança do emprego dos residentes. Desconfia-se que alguns empregadores fazem contratação de trabalhadores locais a tempo parcial ou por hora, só para recolher informações para requerer a importação de mão-de-obra e, em resultado, os trabalhadores locais só têm trabalho a tempo parcial e ganham pouco, tornando-os substitutos dos TNR, em violação da lei. Face a estas irregularidades, as autoridades devem proceder proactivamente a inspecções aleatórias e a fiscalizações, acompanhar a situação de trabalho após a conjugação de emprego, prevenir a contratação fictícia de trabalhadores locais, e garantir o emprego e os legítimos direitos laborais dos trabalhadores locais.

Mais, há em Macau 183 mil trabalhadores não residentes (TNR) e cerca de 6 mil trabalhadores não residentes especializados. Considerando o compromisso assumido de novo pelo Governo, em termos de não importação de mão-de-obra para os cargos de motorista, *croupier* e supervisor, exorto as autoridades a adoptarem uma abordagem mais proactiva para fiscalizar a importação de mão-de-obra em diversos sectores, concretizar o mecanismo de saída de TNR e combater as infracções. Segundo as recentes afirmações do Governo, vão ser libertadas 200 vagas no sector financeiro durante este ano para preenchimento por jovens locais. Entretanto, muitos TNR trabalham no sector financeiro, ou como empregados de escritório noutros sectores. Só no sector financeiro há mais de 900 TNR, por isso, as autoridades devem reduzir ainda mais as quotas nesses sectores. O Governo deve alargar o mecanismo de saída dos TNR a outros sectores e postos de trabalho adequados e estabelecer um rácio mínimo de trabalhadores locais para as grandes empresas e as concessionárias do jogo, bem como para os postos técnicos e de escritório, tomando a iniciativa de reduzir as quotas de mão-de-obra importada pelas grandes empresas, em prol de libertação de mais postos de trabalho para os residentes. Devem ainda, ao mesmo tempo, exigir que, pelo menos, 85 por cento dos postos de dirigentes de nível médio e alto das concessionárias do jogo sejam preenchidos por residentes, e exigir que as outras grandes empresas reforcem a formação dos talentos locais e alcancem o alvo da localização dos postos de direcção.

Quanto ao emprego dos jovens, no 1.º trimestre deste ano, havia um total de 800 jovens à procura do primeiro emprego e a taxa de desemprego dos jovens entre os 16 e os 24 anos era de 4,9 por cento. Segundo muitos jovens recém-licenciados, estes sentem-se ansiosos e desamparados por não terem recebido qualquer resposta depois de terem enviado os seus currículos há muito tempo. Para resolver as dificuldades dos jovens na procura de emprego devido à falta de experiência profissional, as autoridades devem continuar a reforçar a orientação para o emprego inerente ao plano de estágio para jovens e exigir que as empresas lhes ofereçam oportunidades de emprego.

Mais, proponho ao Governo que proceda à integração dos mecanismos e recursos para a cooperação entre o Governo, escolas e empresas, e à criação de uma “plataforma *one-stop* de apoio à carreira profissional dos jovens”, com prestação de serviço de aconselhamento sobre profissões, emprego e estágio. No âmbito do “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados”, tendo em conta o número relativamente baixo de casos aprovados, nos últimos anos, espero que o Governo aproveite bem os recursos dos respectivos subsídios, aperfeiçoando os apoios financeiros, e apoie os jovens no acesso ao emprego e na sua ascensão profissional, aumentando a eficácia do apoio aos indivíduos com dificuldades na integração no mercado de trabalho.

Face à nova conjuntura económica e do emprego, e através da concretização da prioridade dada aos trabalhadores locais no acesso ao emprego, da gestão rigorosa dos trabalhadores não residentes e da sua saída ordenada do mercado laboral, e do combate ao trabalho ilegal e a outras irregularidades, o Governo deve liderar as empresas, as instituições de ensino e as associações a resolver o actual problema estrutural de emprego, bem como promover o desenvolvimento dos trabalhadores locais e da reserva de talentos, elevando, em geral, a qualidade do emprego dos residentes de Macau.

## IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 09.07.2025

### Situação de emprego dos trabalhadores do sector do jogo

No primeiro semestre deste ano, as receitas brutas do jogo aumentaram 4,4 por cento, em comparação com o período homólogo do ano passado. Este aumento deve-se, entre outros factores, aos esforços dos trabalhadores do sector do jogo, que se têm empenhado na recuperação da economia da RAEM e na manutenção da sua subsistência. Entretanto, por detrás do seu trabalho, está uma enorme pressão. De um modo geral, estes trabalhadores têm de trabalhar por turnos e, muitas vezes, à noite, não têm um horário fixo e dificilmente podem escolher as suas férias anuais para acompanhar os familiares.

Durante o horário de trabalho, os trabalhadores da linha da frente são frequentemente “cumprimentados” com palavrões dos clientes, o seu trabalho é incomodado por angariadores de clientes e burlões que trocam dinheiro e, devido à falta de mão-de-obra, nos últimos anos, o volume de trabalho deles aumentou significativamente. Mais, nos últimos anos, com a aquisição de equipamentos electrónicos, as concessionárias do jogo reduziram a mão-de-obra e, com os megadados, o horário de trabalho dos trabalhadores está sempre a ser alterado. Ao mesmo tempo, eles têm de dar cartas e efectuar diversas operações electrónicas dentro do tempo estipulado e, em caso de erro, podem receber facilmente cartas de advertência. Além disso, com a substituição gradual da mão-de-obra por equipamentos electrónicos, algumas concessionárias do jogo também recorreram a vários pretextos para convencer os seus trabalhadores a aposentarem-se antecipadamente. Todas estas situações afectam não só o emprego estável dos trabalhadores, mas também a sua saúde física e mental e o seu desenvolvimento familiar.

Sendo o sector do jogo o maior empregador, o Governo deve prestar atenção à situação de emprego na indústria; e a maior responsabilidade social das concessionárias é cuidar bem dos seus trabalhadores, assegurando-lhes um bom ambiente de trabalho. Para melhorar as condições de emprego no sector do jogo, apresento as seguintes quatro sugestões:

1. Perante o actual ambiente de emprego, em que os residentes enfrentam dificuldade na procura de emprego, o Governo, para além de manter a política de não autorização de trabalhadores não residentes (TNR) para os cargos de *croupier* e supervisor, deve ainda promover a localização de postos de trabalho nas concessionárias e a ascensão profissional dos trabalhadores, bem como averiguar a eventual existência de contratação de TNR através da adjudicação de serviços ou da criação de novas empresas, o que poderia reduzir as oportunidades de emprego para os residentes; ao mesmo tempo, as concessionárias devem tratar bem dos seus trabalhadores, evitando dirigir-lhes advertências escritas sem justa causa, de modo a permitir que estes desempenhem as suas funções com tranquilidade.

2. Com o progresso social e a crescente importância dada pelos residentes ao direito ao descanso, as concessionárias devem rever a intensidade do trabalho e o regime de férias dos seus trabalhadores, nomeadamente, aperfeiçoar o sistema de turnos, reduzir os períodos prolongados de trabalho nocturno, aumentar o número de dias de férias anuais e otimizar o processo de marcação de férias, de modo a garantir o direito ao descanso dos

trabalhadores. Mais, é necessário proceder a contratações adicionais de forma racional, verificar a implementação de equipamentos electrónicos, diminuir o trabalho prolongado em posição de pé, melhorar a segurança e saúde ocupacional, e minimizar os diversos impactos negativos sobre os trabalhadores.

3. Se o desempenho dos trabalhadores for bom, os salários devem ser aumentados. Mais, como os trabalhadores do sector do jogo têm de trabalhar por turnos não conseguem cuidar dos seus filhos, mas algumas concessionárias do jogo prometeram que, se lhes fosse concedida a licença de exploração do jogo, iam implementar serviços de creches para os filhos dos seus trabalhadores, mas, até ao momento, parece que isso ainda não se concretizou. Assim, proponho às concessionárias a criação de um subsídio para a infância, com vista a incentivar os seus trabalhadores a terem filhos e a reduzir as despesas relacionadas com as crianças.

Por fim, os 11 casinos-satélite irão fechar as portas no final do corrente ano, afectando 5600 trabalhadores locais. Exorto o Governo a estar muito atento à transição desses trabalhadores, há que assegurar que as concessionárias readmitem todos os seus trabalhadores e os realocam adequadamente, mais, os seus salários, regalias e condições de trabalho devem manter-se inalterados. Quanto aos outros trabalhadores dos casinos-satélite afectados, o Governo tem de incentivar as outras concessionárias do jogo a absorve-los, com vista a garantir o seu emprego.

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 09.07.2025

### **Desenvolver as vantagens de Macau e promover o desenvolvimento do turismo cultural e do património mundial**

Comemora-se este ano o vigésimo aniversário da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial. Sendo o centro mundial de turismo e lazer, Macau tem mais de 20 edifícios históricos classificados como património mundial e mais de 70 manifestações do património cultural intangível, e estes preciosos recursos culturais tornam Macau mais competitivo em termos turísticos.

As indústrias culturais são uma parte importante da diversificação adequada da economia de “1 + 4”. Nos últimos dez anos, com a cooperação e os esforços do Governo e do sector, o turismo cultural de Macau desenvolveu-se ainda mais.

Há dias, Macau foi eleita como “Cidade Cultural da Ásia Oriental” em 2025. Esta distinção reconhece o rico património cultural de Macau, a sua riqueza histórica e o seu desenvolvimento cultural, o que contribui para elevar ainda mais o nome de Macau a nível internacional e injectar uma nova dinâmica no desenvolvimento da diversificação adequada da economia. No entanto, as potencialidades do turismo cultural de Macau ainda não foram plenamente desenvolvidas. Devido à falta de uma ligação orgânica entre os pontos turísticos do património mundial, os itens do património cultural intangível e as comunidades com características próprias, é difícil formar uma cadeia de experiências profundas, o que restringe os efeitos impulsionadores das indústrias culturais para a diversificação económica. Assim, Macau deve aproveitar a oportunidade da “Cidade Cultural da Ásia Oriental” para integrar, de forma sistemática, os seus recursos culturais.

Na minha opinião, primeiro, há que proceder a um planeamento global de cada um dos pontos do património mundial, fazendo a sua interligação, e que aproveitar a tendência do desenvolvimento integrado da “cultura+turismo”, com vista a promover, através de uma mentalidade inovadora, a reconversão e valorização da indústria do turismo de Macau. Os projectos de revitalização das seis zonas históricas já surtiram os seus efeitos, mas a maioria dos turistas só permanece nos pontos turísticos mais frequentados para fazer “check-in”, o que não contribui para o prolongamento do tempo de estadia dos visitantes, nem para a elevação do nível de consumo em geral. Há que destacar o conceito “uma zona com características próprias” e, através de um planeamento geral, revitalizar e explorar as zonas antigas próximas da zona nuclear histórica e cultural, para criar um círculo cultural e comercial, rico em cultura e criatividade, e introduzir aí produtos com características de Macau, culturais e criativos, de restauração e de experiências culturais, atraindo os turistas para as zonas envolventes, prolongando o seu tempo de estadia e aumentando o consumo geral.

Segundo, há que desenvolver ainda mais o modelo de experiências culturais diversificadas e inovadoras, para que o património cultural estático possa realmente ser “vitalizado”. Para além de introduzir a experiência interactiva AR e VR nos pontos turísticos do Património Mundial, pode-se ainda criar um centro de experimentação para o Património

Cultural Intangível de Macau, realizar *workshops* sobre a culinária macaense, produzir lembranças de Macau, experimentar roupas tradicionais, etc., permitindo aos turistas vivenciar uma experiência cultural mais profunda e inesquecível.

3. Aperfeiçoar o sistema com políticas de apoio. Sugiro ao Governo que crie um fundo de apoio destinado a ajudar efectivamente as empresas culturais; simplifique os procedimentos administrativos para facilitar o funcionamento das lojas com características próprias; e reforce a formação de talentos, criando uma plataforma de cooperação “Indústria-Universidade-Investigação”. Há que criar um bom ambiente de desenvolvimento, formando um ecossistema dinâmico das indústrias de cultura e turismo.

4. Há que fundir três elementos, “Vista ao Património Mundial”, o turismo cultural e o turismo de diversão e lazer, dando uma experiência insubstituível aos turistas, o que constitui a competitividade nuclear do turismo com características próprias de Macau.

Macau está numa fase crucial para a transformação da economia. No futuro, concorre-se não só ao número dos monumentos, mas também à profundidade da experiência cultural; não só à quantidade dos turistas, mas também à qualidade do turismo. Espero que o Governo coopere com os sectores através de um planeamento sistemático e mentalidade inovadora, fazendo de Macau um exemplo da salvaguarda e da vitalização do Património Mundial e elevando-o a um patamar de excelência para a continuidade e a inovação do património cultural intangível, a fim de injectar mais dinâmica no “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

2025-07-09 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

### **“A RAEHK recebeu de “mãos abertas” o primeiro museu de Cristiano Ronaldo na Ásia”**

No dia 7 do corrente mês, e pela primeira vez na Ásia, deu-se à abertura do primeiro museu de Cristiano Ronaldo na RAEHK, um feito inédito em solo asiático expandindo a dimensão planetária do jogador não apenas como profissional de elite, mas como figura inspiradora dos jovens desportistas. Na ocasião, várias centenas de fãs esperaram durante horas para poderem entrar no museu do maior craque português para fotografar com réplicas do jogador em tamanho real. No interior do museu, pudemos ver, uma amostra da casa da sua infância na Madeira, as origens humildes do atleta, e as dificuldades de adaptação às exigências profissionais com diversas ilustrações das suas passagens pelo Sporting, Manchester United, Real Madrid e Juventus.

O conteúdo museológico, para além da sala (réplica) onde são feitos os directos (live) show) estão em exibição as réplicas das Bolas de Ouro atribuídas a Cristiano Ronaldo desde 2008, 2013, 2014, 2016 e 2017 como melhor jogador mundial do ano, tendo atingido a marca de um bilhão de seguidores nas redes sociais, sendo primeira pessoa a alcançar esse feito, consolidando sua posição como uma das figuras mais influentes do mundo digital e do desporto.

A presença do museu na RAEHK vai impulsionar o turismo e aumentar a conectividade ao desporto futebolístico, atraindo fãs de futebol e curiosos do interior do continente incluindo os jovens desportistas o que beneficia a economia local. O museu pode ser sede de inspiração aos jovens atletas locais, promovendo o futebol e o desporto em geral aumentando os eventos comunitários e muitos programas escolares podem ser organizados em torno do museu.

Durante a conferência de imprensa de apresentação do museu, Tomás Froes, representante do escritório familiar do jogador, afirmou que o museu CR7 Life “Não é apenas um museu, mas um destino cultural, que reflecte a mentalidade de Cristiano e a sua mensagem de superação” e que o museu promete oferecer aos visitantes uma experiência única, com exposições interactivas de última geração, histórias inspiradoras, e uma

homenagem à carreira e às conquistas de CR7. Espera-se atrair cerca de 15 milhões de visitantes até Junho de 2026.

Em resumo, o “Museu CR7 Life” vai trazer diversos benefícios económicos, tais como as receitas directas com bilhetes de entrada, lojas de merchandising e experiências interactivas (como simuladores de futebol). Vai beneficiar restaurantes, hotéis, transportes e logísticas devido ao aumento de visitantes. Este Este museu, reforça a imagem de Hong Kong, como destino cultural e desportivo, e não apenas, um centro financeiro, mas também um polo de cultura, entretenimento e desporto podendo atrair outros eventos desportivos ou exposições semelhantes no futuro.

Este Museu pode criar outras oportunidades de parcerias e patrocínios entre empresas locais e internacionais que podem associar-se ao museu (ex: marcas de desporto, turismo, bancos) e a possibilidade de eventos especiais, como encontros com ex-jogadores ou exposições temporárias.

Concluo, dizendo que o Museu CR7 em Hong Kong, não só vai impulsionar o turismo e a economia local, como também reforçar a imagem da cidade como um destino global dinâmico e diversificado. Se for bem promovido, pode tornar-se uma atracção duradoura, semelhante ao Museu da Madame Tussauds ou Museu do Harry Potter.

Disto tudo, não restam dúvidas que os governantes da RAEHK são mais pragmáticos na atracção de investimento estrangeiro, agindo com destreza e celeridade na aprovação iniciativas que tragam rápido retorno económico fruto de políticas e estratégias voltadas para o crescimento económico, onde subsiste uma mentalidade pragmática, planos bem delineados e orientada para resultados concretos.

## IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 09.07.2025

### **Delinquência juvenil e aproveitamento dos tempos livres nas férias de Verão**

Recentemente, dois alunos, um com 13 anos e outro com 16, foram interceptados pelos Serviços de Alfândega por tráfico de telemóveis velhos e contrabando. Este caso merece uma reflexão profunda de toda a sociedade, para ver se há margem para melhoria na orientação e educação jurídica dos jovens, e na organização das actividades durante as férias.

Os jovens encontram-se numa fase crucial do desenvolvimento físico e mental, e as férias de Verão são importantes para reporem o seu estado físico e mental, experimentarem novos interesses e desenvolverem as suas potencialidades. Mas, segundo o “Relatório de investigação sobre as características dos jovens infractores” e estudos sobre as tendências dos jovens, nas férias grandes, devido à falta de actividades adequadas, é mais fácil apresentarem desvios comportamentais, ficarem viciados em produtos electrónicos ou até infringirem a lei. Muitos alunos passam muito tempo ao telemóvel, vêem conteúdos nocivos na *internet*, e podem ser induzidos a participar em ilicitudes, como tráfico e furto. Mais, como não têm conhecimento das consequências, com um mínimo descuido, enveredam pelo caminho errado. Devemos continuar a aperfeiçoar a educação jurídica dos jovens e a colmatar as lacunas na orientação, começando pela intervenção preventiva, orientação e comunicação, com vista à criação de um sistema de apoio mais completo para as férias de Verão.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Aprofundar as formas de educação e de experiência de participação no Estado de direito, em prol da aprendizagem móvel e experimental dos jovens

Nos últimos anos, o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) tem vindo a realizar, activamente, seminários de prevenção da criminalidade nas escolas, a fim de reforçar a consciência jurídica dos estudantes através de casos reais. Mas é difícil reforçar, apenas através de palestras, a autoconsciência dos jovens sobre o Estado de direito, por terem mentalidade activa e serem facilmente influenciados. Proponho a implementação de mais programas experimentais, como o “Dia de Experiência em Tribunal Simulado” e o “Campo de Exploração do Estado de Direito para Jovens”, com base no actual “Acampamento de Cadete Policial”, para reforçar o conhecimento dos estudantes sobre as consequências jurídicas e os limites morais, através da experiência profissional, da representação de papéis e da dedução de casos, alcançando assim o objectivo de “conhecer a lei, compreender a lei e cumprir a lei”.

2. Enriquecer as actividades de férias e as oportunidades de prática de voluntariado, criando um ambiente de comportamento positivo

As férias de Verão são um período crucial para o crescimento dos jovens e a formação dos seus valores, por isso, a falta de uma orientação positiva pode levá-los a ficarem viciados na Internet ou a serem influenciados por maus amigos. Com base no “Programa de

Actividades de Férias para Jovens”, e em conjunto com as escolas, associações e empresas, as autoridades devem promover actividades de férias com temas diversificados, nomeadamente, desporto, cultura, ciência e tecnologia, educação cívica e prática de voluntariado, entre outras. Para aumentar a motivação e o reconhecimento de participação nessas actividades, deve-se ainda criar um subsídio, um certificado de estágio ou um “regime uniformizado de reconhecimento do número de horas de serviço de voluntariado”.

3. Reforçar o planeamento de carreira e a experiência de trabalho, ajudando os alunos a explorarem o rumo a seguir no futuro

Nos últimos anos, com as mudanças introduzidas pela DSEDJ, o ensino sobre o planeamento de carreira começa logo no ensino secundário geral, integrando conteúdos relativos às principais indústrias locais. Assim, sugiro que se aproveitem as férias de Verão e o tempo livre entre os períodos escolares para reforçar a cooperação com as empresas, associações profissionais e instituições de ensino superior, e se lance uma série de actividades, como “acampamentos de experiência profissional” e visitas guiadas para conhecer diversos sectores, de modo a que os alunos possam, num ambiente seguro e com orientações de formadores, ter um contacto precoce com a cultura em locais de trabalho, transformando as férias num “trampolim” para a auto-exploração e o planeamento do seu futuro, estabelecendo uma base para o prosseguimento dos estudos e o emprego.

## **IAOD do Deputado Che Sai Wang em 09.07.2025**

### **Exortar o Governo a aumentar os recursos, a melhorar os serviços de reciclagem e a introduzir medidas de facilitação pertinentes**

A protecção ambiental é um tema global, inclusivamente, diversas regiões e países têm empregado esforços para encontrar soluções viáveis e eficazes na área da reciclagem. Para Macau, com uma densidade populacional de 20 mil pessoas por quilómetro quadrado, a protecção ambiental não é apenas um tema global, mas também a essência da vida da população. Para o efeito, o Governo tem empregado muitos esforços, incluindo o lançamento de programas sobre a consciencialização ambiental, os pontos de carbono, etc., porém, os contentores de reciclagem instalados nas ruas estão sempre sobrecarregados, o que reflecte que os residentes de Macau estão bem consciencializados para a classificação de lixos, mas os recursos públicos de reciclagem não são suficientes.

Graças a programas inerentes à protecção ambiental, como programa de pontos de carbono, a taxa de recolha de resíduos em Macau ascendeu a 21,7 por cento em 2024. Mas segundo os dados disponibilizados, mais de 30 por cento de materiais recicláveis estavam contaminados por não terem sido recolhidos em tempo útil. Isto deve-se, afinal, ao fracasso dos serviços públicos. Actualmente, a frequência média de recolha diária dos contentores de garrafas de plástico continua a ser 1,2 vezes, tal como há 10 anos, a capacidade dos contentores é de 120 litros, ora, é frequente ver que estes, à tarde, já estão a transbordar. Noutras regiões, mediante monitorização inteligente, os serviços competentes respondem imediatamente quando os contentores de reciclagem atingem 98 por cento da sua capacidade. Porém, os contentores de reciclagem em Macau estão cheios durante uma média de 4,7 horas, obrigando assim alguns residentes a deitar fora as garrafas de plástico junto desses contentores, o que não só põe em causa o entusiasmo dos residentes em participarem nas actividades de protecção ambiental, como também gera um grave problema de salubridade ambiental.

Para além disso, embora o Programa de Pontos, actualmente implementado, contribua para a criação de uma rede básica de reciclagem, há muitas limitações de tempo e espaço nos procedimentos de troca de pontos, não sendo conveniente para os residentes. Apesar de existirem actualmente 56 postos de recolha/troca de pontos em Macau, a maioria destes postos nos bairros comunitários está aberta ao público apenas duas a três horas por semana e a população tem de colaborar. O posto permanente de troca de pontos situa-se em Seak Pai Van, a 20 quilómetros do centro da Península de Macau, o que é muito inconveniente para os idosos e para os grupos de pessoas que não têm carro.

Face aos actuais serviços de recolha de resíduos, que em nada facilitam vida da população, o Governo deve otimizar, quanto antes, os mecanismos e as instalações de recolha de resíduos recicláveis. Actualmente, existem boas experiências viáveis noutras regiões, por exemplo, as lojas de conveniência têm postos de recolha, e os pontos podem ser convertidos directamente para o cartão de transporte dos cidadãos. O Governo pode tomar como referência as experiências de outras regiões e criar uma rede de três níveis, isto é,

“postos de reciclagem + lojas de conveniência + postos itinerantes”, para facilitar a vida da população. Ao mesmo tempo, os serviços competentes podem recorrer à tecnologia para fiscalizar, em tempo real, a acumulação de lixo nos contentores, com vista a assegurar a recolha e transporte atempadas de resíduos. Por último, tendo em conta que a consciência da população sobre a protecção ambiental tem vindo a aumentar, o Governo deve continuar a reforçar as respectivas acções de divulgação e sensibilização, por exemplo, recorrer à propriedade intelectual para atrair mais residentes a colaborar com o Governo na realização de actividades de reciclagem.

## IAOD do Deputado Lei Chan U em 09.07.2025

### **Aperfeiçoar a governação de base, potenciar o papel das associações e consolidar os alicerces**

Se a base for forte, o país será forte; se a base for estável, o mundo estará em paz. A 3.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China (PCC) propôs a necessidade de aperfeiçoar o sistema de governação de base e melhorar o regime de governação social. Enquanto parte integrante do sistema de governação nacional, Macau pode, partindo da sua realidade concreta, contribuir com a sua sabedoria e força, com o intuito de aperfeiçoar o sistema de governação de base do País, acelerar a modernização da governação nacional, concretizar a construção de um país forte e promover o rejuvenescimento da nação.

Macau é uma sociedade associativa, contando, até 8 de Julho de 2025, com um total de 12 289 associações. As associações desempenham um papel fundamental no sistema de governação de base da RAEM. A “Lei Básica” de Macau garante os direitos fundamentais das associações populares, estipulando que as associações de serviços sociais podem determinar, por si próprias, a sua forma de prestação de serviços, desde que não contrarie a lei. As organizações religiosas podem fundar, nos termos da lei, seminários e outros estabelecimentos de ensino, hospitais e instituições de assistência social, bem como prestar outros serviços sociais. O Governo pode aperfeiçoar, de modo gradual e de acordo com as necessidades e possibilidades, a política de subsídios anteriormente aplicada em Macau às organizações populares, designadamente, nos domínios da educação, ciência, tecnologia, cultura, desporto, recreio, medicina e saúde, assistência social e trabalho social. Durante a sua visita a Macau, o Presidente Xi Jinping reiterou exigências relativas ao reforço da construção associativa, sublinhando a necessidade de potenciar, plenamente, o papel das associações patrióticas e amantes de Macau como ponte de comunicação entre o Governo e a população, orientando e regulando o desenvolvimento associativo, de modo a consolidar os alicerces da governação de base. O primeiro Relatório das Linhas de Acção Governativa do presente mandato do Governo também propôs, explicitamente, a orientação e regulação do desenvolvimento associativo, visando aperfeiçoar o sistema de governação de base.

Na minha opinião, o aperfeiçoamento do sistema de governação de base é importante para promover o sistema e a modernização da capacidade de governação, e isso também é fundamental para construir uma base sólida. Para uma boa governação de base, é indispensável a comunicação e a cooperação com as associações que amam a Pátria e Macau, por isso, apresento as seguintes sugestões:

1. Sugiro que o Governo e as associações criem um mecanismo eficaz de interacção e de *feedback*, para as associações poderem desempenhar um melhor papel nos assuntos sociais e na prestação de serviços à sociedade.

2. Sugiro que o Governo incentive e apoie a participação dos trabalhadores da Função Pública nos assuntos associativos, a fim de lhes aumentar o conhecimento sobre as

associações, a situação social e a opinião pública, pois isso vai elevar a eficácia da governação de base.

3. Ao entrarmos numa nova era de boa governação, sugiro que as associações acompanhem a evolução dos tempos e reforcem a sua própria construção, ou seja, focando-se na sua profissionalização, regularização e institucionalização, para continuar a melhorar as suas funções e qualidade no âmbito dos serviços sociais. As associações devem unir ainda mais a população, elevar o nível de participação política e consultiva, e apoiar o Governo na implementação das Linhas de Acção Governativa e de medidas concretas.

4. Actualmente, regista-se um progresso estável da construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, portanto, o papel das associações na governação inter-regional tem vindo a tornar-se cada vez mais proeminente. Sugiro ao Governo que pense como é que as associações de amor à Pátria e a Macau podem desempenhar o papel de ponte no processo de integração regional, para que possam desempenhar um papel de apoio importante na integração de Macau no desenvolvimento nacional.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 09.07.2025

### **Abertura do desenvolvimento do ensino não superior, em prol da construção de um local de excelência de educação internacional**

Nos últimos anos, o Governo reforçou o planeamento educativo, para elevar ainda mais o nível da educação, tendo aumentado constantemente o investimento na educação e otimizado o *software* e o *hardware* do ensino não superior, incluindo o planeamento de quatro terrenos na Zona A para construir uma “Vila de escolas”, a concretização do projecto “Obra de céu azul” e a apresentação, no Relatório das LAG para este ano, da proposta de aumento do subsídio de escolaridade gratuita, com vista a elevar o nível do ensino básico e a promover o desenvolvimento qualitativo do ensino não superior, o que merece o reconhecimento da sociedade.

Mas a taxa de natalidade tem vindo a diminuir, e nasceram 750 bebés no primeiro trimestre deste ano, menos 105 em termos anuais, sendo o ensino básico o mais afectado. Nos últimos anos, muitas escolas enfrentaram a falta de alunos, por isso, no ano lectivo de 2022/2023, houve 6300 vagas para o primeiro ano do ensino infantil e o número de alunos matriculados foi de 5700, mas, neste ano, só há 4000 alunos matriculados. Assim, as escolas com poucos recursos começaram a deparar-se com a “falta de alunos para abrir turmas”. Os serviços competentes reduziram o rácio professor/turma e optimizaram o regime de turmas pequenas, o que pode aliviar a falta de alunos, mas não conseguiram resolver o problema de as escolas não terem alunos suficientes para abrir turmas. Neste sentido, algumas escolas já deixaram de contratar novos docentes e, no futuro, será possível surgir situações de despedimento, o que afecta gravemente o funcionamento das escolas e a estabilidade do corpo docente.

O projecto “Obra de Céu Azul” da Zona A já se encontra em construção, para os alunos de oito escolas poderem ter espaços de melhor qualidade para actividades pedagógicas, mas é de notar que a sua conclusão está prevista para 2027 e 2028, com 13 mil vagas disponíveis, e o Governo afirma que o número de alunos vai diminuir em 2026 e 2027, e será muito baixo em 2032, com cerca de 80 mil. Isto demonstra que o desequilíbrio entre a oferta e a procura no ensino não superior se vai agravar. A sociedade espera que o Governo trabalhe mais na fonte de alunos, para promover melhor o desenvolvimento estável do ensino não superior de Macau. Todos os países estão a lidar com este problema através de várias medidas, incluindo a liberalização dos serviços do ensino não superior, para resolver a falta de estudantes. O Governo da RAEM deve efectuar aperfeiçoamentos e melhorias com base na realidade e, para além de lançar políticas específicas ou de apoio às escolas desfavorecidas, deve ainda apoiar o desenvolvimento equilibrado da educação, para garantir o desenvolvimento estável do pessoal docente e não docente. Deve ainda definir um planeamento e aproveitar, especialmente, as novas oportunidades trazidas pelo apoio do Estado, para transformar Macau num local internacional de concentração de talentos de alto nível, e estudar a política de recrutamento de estudantes internacionais para o ensino não superior, com vista a promover a internacionalização do mesmo e transformar Macau num centro internacional de ensino.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Neste momento, é evidente que o ensino não superior está a ser afectado pela insuficiência de alunos. Mesmo que a DSEDJ reduza para vinte e cinco o número de alunos por turma, nem todas as escolas conseguem atingir esse número, o que faz com que o montante do subsídio seja reduzido proporcionalmente ao número de alunos e que as escolas comecem a enfrentar dificuldades no seu funcionamento. O Governo deve, com base no aumento dos respectivos subsídios, apoiar e incentivar as escolas a reforçarem o desenvolvimento da educação com características próprias para atrair mais alunos. Mas, devido à queda da taxa de natalidade e do desenvolvimento desigual da educação, as escolas continuam com dificuldades de exploração, por isso, o Governo deve adoptar mais medidas, como o estudo da redução dos limites máximo e mínimo do número de alunos por turma e o aumento do número de docentes de renome, para promover um desenvolvimento equilibrado da educação e estabilizar ainda mais o seu desenvolvimento.

2. Nos últimos anos, o Governo aumentou o investimento em recursos de terrenos para apoiar o desenvolvimento da educação, por exemplo, a construção de uma aldeia escolar na Zona A para oito escolas e a construção de mais duas escolas internacionais em Coloane. Com as novas instalações, o ensino não superior de Macau passa a ter melhores condições para se internacionalizar. Assim, sugere-se que o Governo tome como referência as experiências do exterior, estude a promoção da abertura das respectivas políticas, admita estudantes internacionais, e promova efectivamente o aumento e o desenvolvimento das fontes de estudantes, para construir um lugar de excelência na educação ao nível internacional.

## **IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 09.07.2025**

### **Revisão global da política de habitação para ajudar a população a viver feliz**

O problema da habitação está intimamente ligado à vida da população. Nos últimos anos, o Governo, através da revisão da Lei da habitação económica, do aceleração da construção de habitações sociais e do lançamento da residência para idosos, entre outras medidas, para ajudar os diferentes grupos a viverem felizes. No entanto, as rendas no mercado imobiliário privado de Macau continuam a subir, o que constitui um grande encargo para os agregados familiares na lista de espera por habitações. Para além disso, alguns residentes, para além de não terem aumentado os seus rendimentos, deparam-se com dificuldades de desemprego devido à mudança de profissão ou à redução da procura de postos de trabalho, por isso, não sabem quando é que podem ter uma habitação própria.

Por exemplo a habitação social, embora o Governo tenha afirmado que o tempo médio de espera é de cerca de um ano e meio, mas os dados mostram apenas o tempo médio de espera dos agregados familiares candidatos para acesso à habitação, e que nem todas as tipologias de fracção são distribuídas no prazo de um ano e meio. Em particular, as T1, em que há maior número de agregados familiares na lista de espera, há candidatos que estão à espera há cerca de 3 anos, mas ainda não conseguiram uma habitação. Mais, face ao aumento contínuo das rendas das habitações privadas, mesmo que as pessoas consigam uma habitação no prazo de um ano e meio, as rendas que pagavam durante o período de espera, constituem um grande encargo para as suas famílias.

Quanto à habitação económica, nos termos da Lei da habitação económica vigente, os agregados familiares compostos por 1 elemento só podem candidatar-se às fracções de T1. Mesmo que os que conseguem uma habitação, e se a sua estrutura familiar sofrer alterações e não tiver capacidade para comprar casa no mercado privado, o problema de habitação continua a perturbar a sua vida. O Governo está a estudar a viabilidade do regime de permuta de habitação económica, mas, até ao momento, ainda não há novidades, em concreto.

A residência para idosos, sendo por arrendamento, pode resolver as dificuldades dos idosos que vivem em prédios antigos sem elevadores e têm de subir e descer escadas e elevar a qualidade da sua vida, mas, segundo alguns idosos que vivem em prédios antigos, o respectivo preço de utilização é muito elevado, o que faz com que desistam. Há, assim, dúvidas de que o Governo tenha ponderado a situação económica dos idosos aposentados. (2,5 linhas)

Para além do problema de habitação dos idosos, as necessidades dos jovens também não devem ser negligenciadas, especialmente o problema da habitação que pode interferir com o planeamento da vida destes e a estabilidade e o desenvolvimento da sociedade. Como frisou o Secretário-Geral Xi Jinping: “garantir o bem-estar da população é uma tarefa prioritária”. O Governo, para além de acelerar a construção de edifícios, deve ainda avaliar, de forma contínua, a situação económica da população e concretizar as políticas e a intenção

original destas políticas, para ajudar os diferentes grupos a viverem felizes e trabalharem com alegria. (quase 4 linhas)

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. No 2.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da RAEM (2021-2025), que termina neste ano, o Governo fixa o objectivo da “concretização ordenada da política ‘habitação de diferentes níveis’”. Com as mudanças socioeconómicas, solicito ao Governo que reveja, quanto antes, as actuais políticas de habitação, definindo novas políticas de habitação em conformidade com as necessidades habitacionais sentidas por diversos grupos, com vista à articulação com o desenvolvimento social e à satisfação das solicitações do público.

2. O aumento constante das rendas no mercado privado agravou a pressão económica dos agregados familiares da lista de candidatos a habitação social. Solicito ao Governo que encurte mais ainda o tempo para a atribuição das habitações sociais, para que os agregados familiares tenham, quanto antes, uma casa, vendo aliviada a sua pressão de vida. Mais, há que rever a razoabilidade da taxa de utilização da Residência para Idosos, fixada conforme o valor praticado no mercado, e que respeitar, sobretudo, o objectivo de permitir “às pessoas idosas que residam em fracções autónomas de edifícios sem ascensor uma melhoria do seu ambiente habitacional.”, no sentido de reduzir, consoante a capacidade financeira dos idosos reformados, aquela taxa e respectivas despesas, aliviando os encargos quer dos agregados familiares da camada de base, quer dos idosos.

3. Quanto ao relaxamento das tipologias da habitação económica e ao respectivo regime de troca, solicito às autoridades que concluem, o mais rápido possível, os estudos, devendo sobretudo permitir que os agregados familiares individuais se candidatem a T1 ou tipologias superiores e que seja requerida a troca entre tipologias devido a alterações na estrutura da família. Mais, sugiro que se aproveite o cancelamento do plano dos Edifícios Habitacionais para Especialistas, que foi substituído por fracções do Edifício Ut Koi, uma habitação para alojamento temporário, no sentido de alargar o âmbito dos destinatários deste tipo de habitação, destinando-a aos jovens que necessitem, a fim de evitar o desperdício dos recursos da habitação pública, aliviando a procura dos jovens em relação às habitações.

## IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 09.07.2025

### **Aproveitar os recursos habitacionais existentes para acelerar a renovação urbana**

“Viver e trabalhar com alegria” é a pedra basilar da estabilidade social e o mais básico desejo da população. Macau é uma terra pequena, com muita gente e poucos recursos habitacionais, portanto, aproveitar os recursos habitacionais existentes é a chave para resolver o problema de habitação. Com o aumento gradual da dimensão da cidade e do número de edifícios antigos, existem actualmente em Macau cerca de 5000 edifícios com mais de 30 anos. Ao longo dos anos, o Governo tem pretendido implementar o reordenamento dos bairros antigos, mas, devido à desactualização das leis e aos obstáculos ao nível da coordenação entre o Governo e os proprietários, isto passou a ser uma das grandes dificuldades da acção governativa.

Além disso, o conceito de “reordenamento dos bairros antigos” foi apresentado há 20 anos, e a colaboração da população, bem como as políticas e o apoio administrativo do Governo são elementos essenciais para a promoção da sua reconstrução. A dificuldade de implementação dos projectos de renovação urbana deve-se, principalmente, ao longo tempo de reconstrução dos edifícios e às elevadas despesas com a reconstrução, levando muitos proprietários a desistir de o fazer, e, mais, como a reconstrução demora vários anos, os proprietários têm de gastar dinheiro para arrendar casa, e a mudança de casa envolve outros gastos e tempo, tudo isto reduzindo a sua vontade de apoiar os projectos de reconstrução de edifícios e de renovação urbana. Existem em Macau muitos edifícios degradados e perigosos, por isso, o reordenamento dos bairros antigos já é uma tarefa urgente e inadiável. Assim, espero que as autoridades disponibilizem, de forma flexível, os recursos habitacionais, para aumentar, eficazmente, a capacidade do ambiente urbano.

Sugiro, então, o seguinte:

1. Em relação às 3000 habitações para alojamento temporário já concluídas, espero que o Governo aproveite bem o erário público, aplicando-as na renovação urbana; explore mais fontes de receitas e diminua as despesas; e possa gerir adequadamente os recursos financeiros, distribuindo-os, de forma razoável, para aumentar os benefícios sociais, e apoiar o emprego e o desenvolvimento da economia comunitária, em prol do aumento do sentimento de felicidade dos residentes.

2. Ao apresentar o Relatório das LAG, em Abril passado, o Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia promover a renovação urbana, rever o regime jurídico vigente e analisar, de forma global, a situação das habitações velhas nos bairros antigos, para, em conjugação com o planeamento geral dessas zonas, encontrar a melhor solução para desenvolver o modelo de remodelação no âmbito da renovação urbana. Assim, espero que o Governo promova, de forma acelerada, a utilização nos projectos de renovação urbana das habitações para troca desocupadas, a fim de elevar a qualidade de vida dos residentes e impulsionar, activamente, a renovação urbana.

3. Quanto à concretização da renovação urbana, espero que o Governo ausculte as opiniões da população, incluindo os proprietários, para se chegar, quanto antes, a um consenso; e aperfeiçoe a política de habitações para troca, para que os proprietários concordem com a troca de direitos de propriedade, ou lhes possa disponibilizar habitações para alojamento temporário, para, finda a renovação urbana, estes poderem aproveitar a área de construção acrescentada para compensar os custos de construção, evitando que os proprietários assumam despesas de construção demasiado elevadas, e concretizando a renovação urbana baseada no princípio de “ter por base a população”.

Em suma, espero que o Governo aproveite bem a reserva financeira, para alcançar objectivos como a exploração de fontes de receitas, a diminuição das despesas e a devolução de riqueza à população, assim como os recursos habitacionais existentes, para acelerar a renovação urbana.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 09.07.2025

### **Ajustar, com precisão, a política de habitação pública, para permitir a transição entre os diferentes níveis**

Trabalhar com alegria e ter uma casa é a aspiração da população para uma vida com qualidade. Visto que a procura de habitação é foco da atenção da sociedade, o Governo tem vindo a otimizar o regime jurídico de habitação pública e a planear cuidadosamente os terrenos disponíveis, para promover a construção e a oferta de habitação pública. O Governo afirmou recentemente que ia ponderar construir mais fracções T2 e T3, e responder às solicitações dos agregados familiares de troca de tipologia, com vista a criar melhores condições para o desenvolvimento familiar e aumento da natalidade. Esta atitude proactiva e os esforços merecem o nosso reconhecimento.

A definição das políticas deve atender ao desenvolvimento e às expectativas da sociedade. No passado, devido à alta percentagem de candidatos individuais à habitação económica, a oferta inclinava-se para as fracções T1, mas isto resultou em má atribuição dos recursos e poucas compras. Até 7 de Julho, só foram vendidas 9 fracções T1, isto é 1,2% do número desta tipologia à venda, o que demonstra que a procura da sociedade mudou significativamente, que a política de habitação pública tem de ser ajustada para ir ao encontro da evolução social.

Assim, com vista a maximizar o papel estabilizador da habitação pública no desenvolvimento da sociedade e a construir, em conjunto com a população, um lar em que se pode trabalhar com alegria e ter uma casa, apresento as seguintes sugestões:

1. Satisfazer as necessidades básicas de habitação dos residentes é prioridade para melhorar a vida da população. Macau vai entrar, em breve, na fase do 3.º Plano Quinquenal, então sugere-se ao Governo que conclua, quanto antes, os estudos sobre a procura de habitação e sobre a política de habitação para fins residenciais, com vista a conhecer as necessidades dos diversos estratos sociais, prever racionalmente a procura e a oferta de diferentes tipos de habitação, e oferecer suporte científico e sólido para a política e o planeamento de habitação nos próximos cinco anos.

2. O ambiente habitacional é um factor importante de apoio ao desenvolvimento familiar. Proponho que as autoridades dêem importância às necessidades da habitação económica e às mudanças na estrutura familiar de Macau, procedendo, activamente, ao estudo e à formulação de um regime de troca da habitação económica, criando assim um ambiente para incentivar os jovens a terem filhos, disponibilizando condições e opções de troca flexíveis para os agregados familiares que adquiriram fracções inadequadas ao abrigo da antiga lei da habitação económica, devido à pontuação e à tipologia disponibilizada na altura. Com base na política de apoio ao desenvolvimento familiar, é necessária a atribuição de diversos benefícios, ao nível de preços, juros e prazo para reembolso de hipotecas, etc., de modo a ajudar as famílias de Macau a “aumentar a estabilidade e reduzir os encargos” no decorrer da mudança do ambiente habitacional. Espero que, no fim do inquérito por questionário, o Governo conclua, o mais rapidamente possível, a elaboração da proposta

sobre o regime de troca da habitação económica e efectue uma consulta pública, para incentivar a população a manifestar opiniões e a apresentar sugestões de uma forma mais abrangente e específica, proporcionando assim uma abordagem mais eficaz para satisfazer as necessidades básicas da população de viver feliz e trabalhar com alegria, e de constituir uma família.

3. Com a melhoria contínua da oferta da habitação pública pelo Governo, a futura implementação do regime de troca da habitação económica e as mudanças da necessidade habitacional da população, as autoridades devem adoptar uma política da habitação pública mais flexíveis. Em particular, espero que as fracções T1 da habitação económica constituam um instrumento mais flexível nas diversas fases da política habitacional. Proponho que, sob a garantia da oferta da habitação pública a médio e longo prazo em Macau, as autoridades reservem, a título experimental, algumas fracções T1 da habitação económica para as tornarem em residências para jovens, para arrendar primeiro e comprar depois; ou estudem a flexibilização dos requisitos de candidatura para grupos específicos, como as pessoas que se candidataram à bonificação de 4 por cento da taxa de juro no passado mas já não têm propriedades próprias, de modo a proporcionar uma melhor oportunidade de mobilidade entre as diversas classes de habitação através de um regime da habitação pública diversificado e flexível.

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 09.07.2025

### **Preparar bem e de forma proactiva os trabalhos dos Jogos Nacionais para fazer brilhar o cartão-de-visita dourado da Cidade do Desporto**

A 15.<sup>a</sup> edição dos Jogos Nacionais e a 12.<sup>a</sup> edição dos Jogos Nacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência e 9.<sup>a</sup> edição dos Jogos Olímpicos Especiais Nacionais terão lugar no dia 9 de Novembro do corrente ano, em Guangdong, Hong Kong e Macau, constituindo o mais alto nível, o maior escalão e a maior escala de jogos multidesportivos do nosso país. Enquanto uma das entidades organizadoras, Macau será responsável por 5 modalidades desportivas e 2 provas dos Jogos Nacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência e dos Jogos Olímpicos Especiais Nacionais.

Para assegurar o sucesso do evento, a Comissão Organizadora da Zona de Competição de Macau está a envidar todos os esforços para promover o recrutamento e a formação de voluntários, através de simulacros e provas de teste *in loco*, para testar as instalações de *software* e *hardware*, bem como os procedimentos das diversas competições, preparando de forma abrangente os trabalhos prévios ao evento. Também reparei que, recentemente, várias associações desportivas reuniram-se com o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura sobre a qualificação para a 15.<sup>a</sup> edição dos Jogos Nacionais, tendo o Secretário respondido positivamente e esclarecido as condições básicas para a participação, dissipando as dúvidas e preocupações dos atletas.

Ao mesmo tempo, sendo o maior evento desportivo do país, os referidos Jogos são alvo de atenção de todos os sectores da sociedade, especialmente dos atletas, dos entusiastas do desporto e dos espectadores de todo o país. Faltam poucos meses para a realização destes jogos e, segundo consta, algumas modalidades desportivas já estão a ser realizadas com antecedência. Por isso, espero que os serviços públicos da RAEM aproveitem bem a oportunidade e o tempo, prestando apoio aos atletas, antes, durante e depois das competições, proporcionando-lhes uma garantia sólida. Ao mesmo tempo, deve-se aproveitar esta ocasião para reforçar a promoção do desporto para todos e promover o desenvolvimento da integração transectorial do “desporto + turismo”, fazendo com que a população apoie mais o desporto e reconheça o esforço e a dedicação dos atletas locais, abrilhantando, em conjunto, o cartão-de-visita dourado de Macau enquanto “Cidade do Desporto”.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a formação dos atletas locais através de eventos desportivos. Para os atletas de Macau, os referidos Jogos não são apenas um evento para demonstrarem o seu nível competitivo, como também uma oportunidade para competirem com os atletas nacionais e provinciais, aumentando a sua experiência em competições. Espero que o Governo e os diversos sectores da sociedade apoiem, dentro do possível, os atletas interessados (quer a tempo inteiro quer a tempo parcial) em participar em competições, providenciando-lhes planos específicos, que abrangem a utilização prioritária das instalações, a concessão flexível de férias para treinos e a atribuição de prémios, para resolver as preocupações dos

atletas. A longo prazo, através da realização conjunta deste evento desportivo entre Guangdong, Hong Kong e Macau, há que reforçar o intercâmbio e a cooperação desportiva entre as três regiões e criar, em conjunto com as melhores instituições de ensino superior do desporto do Interior da China, uma base de formação de treinadores e atletas e um mecanismo de treino regular, elevando constantemente o nível desportivo de Macau.

2. Criar um ambiente saudável para toda a população através do desporto. Os “15.º Jogos Nacionais e os respectivos jogos paralímpicos” são eventos desportivos nacionais que, para além das competições profissionais, contam com a realização de competições populares, portanto, isto reveste-se de grande importância para a participação do público e para o melhoramento do ambiente desportivo. Assim, o Governo pode desempenhar um papel de liderança neste trabalho, apoiando a participação dos funcionários públicos, permitindo-lhes faltar justificadamente por representar Macau, e encorajando as empresas e as associações a adoptarem medidas de apoio aos seus trabalhadores. Ao mesmo tempo, através das competições populares, deve orientar activamente os recursos desportivos para a comunidade e, através da cooperação entre o Governo, as empresas e as associações, aumentar a taxa de participação nas competições; mais, deve avaliar os recintos e as instalações desportivas se são adequadas, optimizando-as oportunamente e aumentar as áreas desportivas. Tudo isso tem como objectivo reforçar a paixão e o entusiasmo pelo desporto, estimular o hábito da prática desportiva e estimular a população para a construção de uma “Cidade do Desporto”.

3. Impulsionar a economia através do “Desporto +”. Os “15.º Jogos Nacionais e os respectivos jogos paralímpicos” irão atrair atletas, seus familiares e espectadores de todo o País para Macau. Assim, espero que os serviços competentes explorem activamente o potencial turístico dos Jogos, criando um itinerário temático de alta qualidade, interliguem os recintos desportivos, os marcos desportivos e culturais, bem como os itinerários turísticos com características próprias, com vista a atrair os turistas a visitarem os bairros comunitários. Durante este período, há que realizar, em conjunto, com a comunidade, diversas exposições de grande envergadura, festivais temáticos e feiras de produtos, entre outras actividades interligadas, com vista a impulsionar o desenvolvimento da economia comunitária e trazer benefícios para todos os sectores, com o objectivo concretizar o lema “*todos nos Jogos Nacionais, juntos pelo bem-estar da população*”.

## IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 09.07.2025

### Criação de uma “Macau Saudável”

A saúde e a longevidade são, desde sempre, o desejo de toda a população. De acordo com o “Plano de Acção para Macau Saudável”, divulgado pelo Governo, são três os principais desafios que afectam a saúde dos residentes, nomeadamente, a falta de hábitos saudáveis, o aumento do risco de doenças crónicas e a procura crescente de cuidados de saúde. Nos últimos anos, com base no sistema de saúde existente, o Governo tem promovido, de forma activa, os programas intitulados “Comunidade Saudável”, “Empresa Saudável”, “Campus Saudável” e “Restaurante Saudável”, e recorrido a meios digitais para divulgar, em todos os aspectos, a prática de uma vida saudável junto dos residentes, mas há ainda espaço para melhorias, nomeadamente, quanto à promoção de hábitos saudáveis por parte de toda a população e ao reforço das formas de gestão de saúde.

Para otimizar os trabalhos de prevenção e rastreio de doenças e concretizar melhor o “Plano de Acção para Macau Saudável”, apresento as seguintes sugestões:

1. Os Serviços de Saúde estão a preparar o “Inquérito sobre a Saúde de Macau 2026”, no qual vão ser acrescentados exames respeitantes ao cancro nasofaríngeo e à audição, entre outros. Assim, tendo em conta a saúde e as necessidades dos residentes, sugiro que se estude a criação de exames à visão, com a qual a população está preocupada, e se pondere, a longo prazo, aumentar a frequência do Inquérito, para acompanhar, com maior precisão, o estado de saúde dos residentes.

2. O Governo da RAEM já lançou quatro programas gratuitos de rastreio do cancro e, recentemente, ajustou a faixa etária do programa de rastreio do cancro colorrectal, para que mais residentes possam ser beneficiados. Sugiro que, no futuro, se continue a ajustar de forma flexível o respectivo programa de rastreio de acordo com a situação real da sociedade, e se reforce a sua divulgação, no sentido de incentivar a participação activa dos residentes. Além disso, os serviços gratuitos de cuidados de saúde para adultos e para mulheres, actualmente prestados em Macau, são muito populares entre os residentes, no entanto, alguns serviços mais procurados estão sempre esgotados e o tempo de espera é longo. Sugere-se que, no futuro, se continue a aperfeiçoar os serviços de cuidados de saúde primários, e dos cuidados antes e depois do parto, entre outros, devendo também acelerar o estudo sobre o desenvolvimento coordenado entre os sectores público e privado e o plano de formação de profissionais de saúde, a fim de aliviar as necessidades de cuidados de saúde dos residentes, e usar os recursos de saúde comunitários de forma mais racional.

3. Ultimamente o problema da obesidade tem vindo a aumentar entre os residentes de Macau, e o Governo já integrou a prevenção do aumento da taxa de doenças de obesidade nos objectivos do “Plano Acção para Macau Saudável” até ao ano de 2030, e referiu que iria ponderar seriamente sobre a implementação do programa de pontuação na gestão da saúde. Sugiro que, no futuro, se acelerem os estudos, tomando como referência as experiências de sucesso de outras regiões, criando um programa de pontuação com troca de prémios para aqueles que participem em actividades desportivas, consultas de saúde, desafios de saúde,

*(Tradução)*

vacinação, palestras de saúde, etc., com vista a incentivar os residentes a tomarem a iniciativa de gerir a sua saúde e a participarem activamente no programa de selecção, transformando Macau numa cidade saudável e dinâmica.

## IAOD da Deputada Lo Choi In em 09.07.2025

### **Como a conjuntura económica continua a não ser optimista, exorta-se o Governo que atribua, de novo, vales de consumo**

O “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias 2025”, com a duração de 10 semanas, terminou em 1 de Junho. Segundo os dados divulgados pelo Governo, os benefícios concedidos, na ordem de 250 milhões de patacas, estimularam o consumo em cerca de 1,1 mil milhões de patacas. A eficácia deste programa é semelhante aos resultados das fases anteriores, as quais surtiram efeito de alavancagem. Segundo muitos lojistas, o programa surtiu efeitos e ajudou, evidentemente, a aumentar o seu volume de negócios; mas o mesmo voltou rapidamente ao nível inicial após o fim do programa.

Os residentes e o sector empresarial, incluindo eu próprio, têm vindo a instar o Governo a considerar a regularização desse programa. Mas o Governo tem reiterado que o grande prémio para o consumo é apenas uma medida temporária de curto prazo, afirmando que precisa de observar as mudanças no ambiente macroeconómico e estudar prudentemente a situação antes de tomar uma decisão, mas até agora ainda não divulgou qualquer plano de acompanhamento pormenorizado, e o que tem feito é lançar instalações comunitárias de PI, uma após outra. Apesar de muitas pessoas duvidarem da eficácia desses dispositivos de *check-in*, entendo que, embora seja difícil quantificar a eficácia económica da PI, não é má ideia utilizá-la nas instalações complementares para aumentar a atractividade comunitária. Só que devo sublinhar que as mesmas não podem substituir as principais políticas económicas ou medidas de estímulo.

Há quem entenda que o Governo deve cumprir o princípio do mercado livre e intervir o mínimo, e há também quem entenda que a economia de Macau tem vindo a recuperar gradualmente, como base no número de visitantes ou no PIB. Independentemente de o Governo ter ou não auscultado realmente as ditas opiniões, as mesmas não respondem, na realidade, às aspirações da população. O Prof. Lee Siu Po, um economista de renome em Hong Kong, advertiu o Governo de Hong Kong no mês passado de que “não devemos presumir que a economia recuperou apenas devido a um ou dois indicadores positivos”, tendo citado o exemplo do diagnóstico médico, ora, não se pode julgar que um doente está saudável ou recuperado só porque um ou dois indicadores são bons.

Seguindo o mesmo raciocínio, quando o PIB voltou a crescer, a taxa de incumprimento dos empréstimos hipotecários dos imóveis atingiu o nível histórico mais elevado; quando a taxa de desemprego se manteve nos 2,5%, a taxa de subemprego era múltiplas vezes maior do que a do período pré-pandemia; e quando o número de visitantes atingiu um novo recorde, o consumo *per capita* diminuiu gradualmente. Isto demonstra que os benefícios trazidos pelos visitantes, para além de não abrangerem todos os bairros comunitários e sectores, faz diminuir gradualmente outros benefícios marginais, para além dos impostos sobre o jogo.

“A expressão estímulo ao consumo é fácil de dizer, mas pensem bem, é preciso ensinar alguém a fazer compras? Para gastar dinheiro é preciso que alguém ensine?”

De facto, quando se utiliza o conceito de “estímulo ao consumo”, já se demonstra que o nosso ambiente económico é muito fraco, ou seja, os rendimentos dos cidadãos diminuíram bastante e os lojistas estão a sofrer imenso. Esta Legislatura está prestes a terminar, por isso, aproveito esta intervenção para apresentar ao Governo as seguintes solicitações e sugestões:

Sugiro ao Governo que, para além de promover os pontos de *check-in* e a economia da propriedade intelectual, implemente também um plano regular de prémios e incentivos ao consumo, nomeadamente, que reforce a interacção com as lojas dos bairros comunitários, com vista a atrair mais clientes.

Exorto o Governo que, enquanto o motor da diversificação económica ainda não funciona, neste momento difícil e crucial para a integração das duas regiões, aproveite bem o erário público para distribuir novamente os vales de consumo electrónicos, mesmo que seja de apenas duas ou três mil patacas, a fim de apoiar as famílias das camadas sociais mais baixas, as pessoas em situação de subemprego, os idosos, etc., para que o erário público constitua um círculo interno saudável na economia comunitária.

Mais exorto o Governo a não “substituir as políticas por actividades”, pois, para além da integração a longo prazo entre Hengqin e Macau, há que dar um passo em frente, no sentido de encontrar uma saída para a economia local, nomeadamente, aproveitar bem os terrenos desaproveitados, avançar com a captação activa de investimentos e explorar mais sectores económicos.

Por fim, exorta ainda o Governo a continuar a reforçar o apoio às instituições de serviços sociais e de ensino, para que os jovens tenham mais saídas profissionais e oportunidades de emprego, alargando a rede de segurança social e reduzindo a ocorrência de tragédias.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 09.07.2025**

Com os trabalhos de construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e da “Base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promova a coexistência de diversas culturas”, o turismo cultural tornou-se num dos pilares da promoção da diversificação adequada da economia. A designação de Macau como uma “Cidade de Cultura da Ásia Oriental” em 2025 não é apenas uma simples designação, pois há responsabilidades e oportunidades, marcando uma nova fase do nosso desenvolvimento da integração cultural e turística. Durante a sua visita a Macau, o Director Xia Baolong salientou que Macau deve construir uma zona cultural e turística de alto nível através da sua riqueza cultural, e pediu para que desempenhemos o nosso papel de elo de ligação internacional, aproveitando as vantagens institucionais do princípio “Um País, Dois Sistemas” e a localização geográfica central da Grande Baía, pois Macau possui condições únicas para acolher o intercâmbio cultural entre a China e o exterior. Macau deve ainda desempenhar, por iniciativa própria, o papel de ponte na cooperação cultural e turística da Grande Baía, aprofundar a cooperação e o intercâmbio com as outras cidades regionais e a nível internacional, explorar activamente a rede de cooperação cultural e turística regional a vários níveis, exportando a nossa cultura, e com isso reforçar ainda mais a posição de Macau como um centro de turismo e uma janela importante da China para o resto mundo.

O desenvolvimento de alta qualidade do turismo cultural é indissociável da cooperação regional. No quadro estratégico da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Macau está a promover proactivamente a construção de mecanismos de cooperação com as cidades da Grande Baía. Para além de continuar a acelerar, com base na política de “integração entre Macau e Hengqin”, a promoção conjunta nas áreas do turismo cultural, planeamento de marcas e indústrias culturais e criativas com a Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, Macau deve ainda reforçar a interacção com as demais cidades da Grande Baía, integrar os recursos culturais e turísticos, expandir a cadeia industrial do sector cultural e turístico, fomentar a circulação de recursos e o intercâmbio turístico na região, e construir, em conjunto, um corredor cultural e turístico da Grande Baía que englobe a história e a cultura, o turismo urbano, a interacção tecnológica, etc., potenciando, deste modo, a atractividade global e o reconhecimento da marca.

Ao mesmo tempo, Macau deve desempenhar activamente o seu papel de “Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e, aproveitando a oportunidade da “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, expandir a sua rede de cooperação cultural e turística a nível regional e internacional de vários níveis, aprofundar a cooperação e o intercâmbio cultural e turístico com os países de língua portuguesa e as regiões ao longo de “Uma Faixa, Uma Rota”, injectar nova dinâmica no desenvolvimento cultural e turístico da Grande Baía, com vista a alargar ainda mais a influência internacional e o direito de expressão de Macau em termos de cultural e turismo, e a concretizar verdadeiramente a ideia de “usar a cultura como meio de comunicação e o turismo como ponte”. Aliás, a ligação entre as regiões vizinhas e o mundo a partir de Macau promove uma integração profunda e um desenvolvimento de alta qualidade do turismo cultural, para que Macau se torne num ponto de vanguarda para a

“expansão da cultura chinesa para o exterior” e num importante ponto de ligação do turismo cultural a nível mundial.

## IAOD do Deputado Lam U Tou em 09.07.2025

### **O Governo deve seguir o princípio “todos podem participar” para que os atletas participem 15.<sup>a</sup> edição dos Jogos Nacionais**

A 15.<sup>a</sup> edição dos Jogos Nacionais serão organizados conjuntamente pela Província de Guangdong, Região Administrativa Especial de Hong Kong e Região Administrativa Especial de Macau, em Novembro do corrente ano, e o evento inclui 34 modalidades de competição desportiva e 23 modalidades populares. De acordo com os regulamentos emitidos pela Administração Geral do Desporto da China, as equipas de Guangdong, Hong Kong e Macau, enquanto organizadores, podem participar directamente na fase final das competições, ou seja, todas as modalidades desta edição dos Jogos Nacionais já têm um determinado número de vagas para que as equipas de Macau possam participar na fase final. No entanto, em 20 de Maio, o Instituto do Desporto (ID) anunciou que Macau apenas iria participar em 19 competições desportivas e em 12 modalidades destinadas ao público, ou seja, em termos de proporção, corresponde a uma taxa de participação inferior a 60% das modalidades. Mais, até ao momento, o Governo ainda não divulgou quais as modalidades em que Macau irá participar, desperdiçando-se a oportunidade única da população de Macau participar nos eventos nacionais e adquirir experiências valiosas.

As "Normas Gerais do Regulamento das Competições de Desporto para Todos" desta edição dos Jogos Nacionais estipulam claramente que "todas as entidades participantes devem desenvolver amplamente a competições desportivas intituladas "Quero ir aos Jogos Nacionais", criando um ambiente desportivo para toda a população, que vão servir para a descoberta e selecção de atletas. "A região vizinha de Hong Kong já iniciou, em Janeiro do corrente ano, o processo de selecção em 23 modalidades para o público, com vista a permitir a inscrição de todos os residentes qualificados. Até ao momento, a maior parte das modalidades para o público já tem participantes seleccionados. Mas, em Macau, não se realizaram competições abertas no âmbito "Quero ir aos Jogos Nacionais". Por exemplo, nas modalidades populares de badminton, Hong Kong enviará 52 pessoas para 10 escalões, mas, de acordo com a lista publicada pelos Jogos Nacionais, Macau não tem nenhum representante. É de salientar que as modalidades para o público não são para a participação de atletas profissionais. Por exemplo, a modalidade de badminton divide-se em quatro grupos etários, desde os 25 aos 64 anos de idade. Assim, será que Macau não tem nenhum participante que possa participar nesta modalidade?

Para além disso, o Governo afirmou que Macau iria participar na competição de aerodelismo que está dividida em 6 subcategorias, no âmbito das modalidades para o público,. Alguns residentes afirmaram que desde o início deste ano, já manifestaram várias vezes ao Instituto do Desporto o desejo de participar nos jogos de equipa de aerodelismo movido a elástico (F1D-P), e na competição de jogos de controlo remoto interior (P3Z-D), mas foram recusados pelo Instituto do Desporto que acrescentou ainda que Macau iria participar no "futebol de drones". Para além de não organizar provas públicas de selecção de atletas de acordo com as regras, o Governo até preferiu que alguns atletas desistissem das

modalidades em que pretendiam participar. Em Hong Kong, em todas as modalidades desportivas para o público haverá participantes, e foi ainda criado um *website* oficial para divulgar, de forma uniformizada, as datas, a lista de atletas e os resultados das competições, com vista a incentivar e respeitar verdadeiramente a participação dos atletas e a promoção do desporto para todos.

Segundo a resposta do Governo, citada por uma associação desportiva, “foram desenvolvidos treinos para as modalidades desportivas em causa, e as equipas com condições básicas podem inscrever-se nas provas para todos e nas modalidades de competição”. Ora, em Macau, não existem associações desportivas reconhecidas pelo Governo para várias modalidades dos Jogos Nacionais, por isso, pode não haver treinos oficiais. Porém, com o desenvolvimento social, bastantes entusiastas do desporto treinam à sua maneira ou até participam em competições no exterior, por conta própria, o que lhes confere determinada capacidade. Por exemplo, na modalidade de escalada, alguns atletas disseram-me que já tinham manifestado a sua intenção de participar nas competições junto do Instituto do Desporto, com a apresentação da lista dos atletas interessados e os respectivos resultados nas competições realizadas no passado, entretanto, este Instituto, sem dar qualquer resposta aos atletas, veio a público dizer que não iria participar nas competições desta modalidade, o que tirou o entusiasmo e a esperança aos atletas locais! Outro exemplo é o *skate*. No passado, o *skate* era considerado como um desporto de rua, e não havia treinos oficiais de atletas em muitos lugares, mas depois de ser classificado como uma modalidade olímpica, este desporto começou a ser valorizado. Em Macau, há um grande número de praticantes de *skate*, e existem até pistas de *skate* em dois grandes complexos turísticos locais. Então, antes de tomarem a decisão sobre a participação nos Jogos Nacionais, as autoridades realizaram alguma divulgação para os atletas e os amantes de desporto terem oportunidades justas de participação?

Pelo exposto, solicito ao Governo que crie um meio formal para a inscrição dos atletas interessados em participar nos Jogos Nacionais e adopte critérios uniformizados, justos e transparentes para a selecção das equipas que vão representar Macau, de modo a aproveitar, ao máximo, as vagas concedidas pela Administração Geral do Desporto da China, permitindo que os atletas com vontade e capacidade representem Macau nos 15.<sup>os</sup> Jogos Nacionais. O Governo deve ainda, com base no princípio de “participação máxima”, organizar, dentro do possível, selecções para participarem em todas as modalidades dos Jogos Nacionais, não devendo decidir à porta fechada, limitando a participação dos atletas de acordo com os critérios internos, ou decidir, unilateralmente, a não participação em modalidades em que os atletas estão interessados.